



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2022

CARGO: **OFICIAL ADMINISTRATIVO** (NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 10; Conhecimentos Específicos do Cargo: 11 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome:	Nº do documento:

QUESTÕES DE 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o trecho a seguir, extraído de uma das crônicas de Lima Barreto, para responder as próximas questões.

“Numa noite dessas, como quase sempre faz, José Bonifácio desceu do seu modesto pedestal de estátua, no Largo de São Francisco, e foi visitar o seu imperial e real Pedro, no Largo do Rossio. Este desceu também do cavalo que pôde repousar um pouco as patas todo o dia alçadas, e viu seu amo descer até o jardim, olhando com saudade e melancolia a relva úmida que os focos elétricos iluminavam. Mal Pedro I encontrou-se com o seu antigo ministro, foi logo perguntando:

– Já falaram em nós?

– Qual o quê, Majestade! Nem um pio!

– Pergunto a você, porque você ficou mais baixo e pode ouvir qualquer coisa. Eu estou muito lá, no alto...

– Não ouvi nada a respeito e tenho lido os jornais; mas neles coisa alguma encontro em que se fale de nós com referência à independência do Brasil.

– Mas, de quem falam eles, afinal?

– De Pedro Álvares Cabral, de Fernando de Magalhães, de Vasco da Gama, de...

– Mas o que tem essa gente com o Sete de Setembro – você não me dirá, Bonifácio?

– Senhor, eles nada têm com o Ipiranga, mas é nesses nomes que os ‘comemorativistas’ falam.

– Bonifácio, você sabe de uma coisa?

– Qual é?

– Não faço mais independências... Adeus.

E cada um seguiu para as suas respectivas ‘casas’.”

(Pedro I e José Bonifácio, Lima Barreto, com adaptações).

01. Em relação à interpretação do texto, pode-se afirmar que o seu autor:

- a) crê que José Bonifácio exerceu um papel histórico mais importante que o de Pedro I.
- b) fantasia um diálogo para criticar uma suposta falta de consciência histórica brasileira.
- c) faz uma descrição histórica minuciosa de um diálogo real, ocorrido no Rio de Janeiro.
- d) mostra desprezo pelo Sete de Setembro, pois na verdade não tornou o país independente.

02. No trecho “Numa noite dessas, como quase sempre faz”, a expressão “quase sempre” poderia ser substituída, sem maior prejuízo ao sentido proposto pelo autor, por:

- a) “eventualmente”.
- b) “ordinariamente”.
- c) “ocasionalmente”.
- d) “excepcionalmente”.

03. No trecho “Este desceu também do cavalo que pôde repousar um pouco”, os pronomes “este” e “que” recuperam no texto, respectivamente:

- a) “Pedro” e “cavalo”.
- b) “José Bonifácio” e “Pedro”.
- c) “Pedro” e “José Bonifácio”.
- d) “cavalo” e “Pedro”.

04. Relativamente ao trecho “Mal Pedro I encontrou-se com”, o termo “mal” poderia ser substituído, sem alterar substancialmente o sentido pretendido pelo autor, por:

- a) “antes que”.
- b) “mau”.
- c) “outrora”.
- d) “tão logo”.

05. No trecho “Pergunto a você, porque você ficou mais baixo”, o personagem Dom Pedro I faz referência à:

- a) condição corporal de José Bonifácio, conhecido por sua baixa estatura.
- b) decadência moral da Primeira República, envolvida em esquemas de corrupção.
- c) posição da estátua de José Bonifácio no Largo de São Francisco.
- d) negligência da população quanto à importância histórica de José Bonifácio.

Leia atentamente o relato a seguir, publicado há cerca de cem anos num jornal brasileiro, para responder as próximas questões.

“Ontem, no pardieiro intitulado Teatro República, perante numerosa assistência composta exclusivamente de patrícios seus, o festejadíssimo poeta português, Sr. João de Barros, descobriu mais uma vez o Brasil. Dos portugueses que por cá têm vindo, desde o infausto ano de 1500 até hoje, o único que verdadeiramente não descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral. Por duas espécies de motivos digo eu que Cabral não descobriu o Brasil: por motivos históricos e pela significação moderna da locução ‘descobrir o Brasil’. Quanto aos motivos históricos, é sabido que Cabral foi no seu tempo um dos últimos a conhecer o Brasil. Antes dele cá haviam estado Diogo de Leppe, Solís, Yáñez Pinzón e outros que, infelizmente, não tiveram a iniciativa de tomar posse da nova terra para a coroa da França ou para a coroa da Espanha. Historicamente, Cabral não descobriu terra nenhuma por aqui; apenas apoderou-se de um território incluído entre os descobrimentos de Colombo e, positivamente, diretamente já descoberto por outros. Em virtude da significação moderna da locução ‘descobrir o Brasil’, também é evidente que Cabral não nos descobriu. Cabral, com efeito, depois de tomar posse do Brasil e de ter ido à Índia, voltou a Portugal, onde, depois de receber alguns prêmios, viveu e morreu tão obscuramente que,

só devido a esforços de um brasileiro, se descobriu o seu túmulo, no século XX. De sorte que o Brasil pouco aproveitou ao navegador. Não é isso, pois, que se chama 'descobrir o Brasil', como se vai ver. Descobrir o Brasil é fazer como Malheiro Dias, que, depois de insultar-nos no seu livro 'A mulata' e de ter fugido para Portugal, para cá voltou anos depois, estabeleceu-se com fábrica de unguentos e pomadas, de sociedade com uma polaca sua amiga, e toca a levar vida regalada! Descobrir o Brasil é fazer como o Dr. João de Barros, que nos conta, a respeito da nossa terra, coisas de que nunca ouvimos falar. Ainda ontem nos dizia ele, com o seu sibilante sotaque alfacinha, que no Rio de Janeiro 'a inteligência, o talento e o gênio tomam as mais fascinantes formas'. Ora aí está uma grande novidade para nós, porque a inteligência aqui é relativa, como em toda parte; o talento é raríssimo; quanto ao gênio, ainda está por aparecer". (O descobrimento do Brasil, por Antônio Torres, com adaptações).

06. Em relação à interpretação do texto, pode-se afirmar que o seu autor apresenta:

- a) certa nostalgia relativamente à época em que o Brasil foi colônia de Portugal.
- b) uma visão crítica sobre a noção corrente de "descobrimento do Brasil".
- c) o argumento de que seria melhor para o país ter sido colônia espanhola ou francesa.
- d) uma defesa da posição tradicional de se ver Cabral como o descobridor do Brasil.

07. Relativamente ao trecho "perante numerosa assistência composta exclusivamente de patricios seus", marque a alternativa que indica, respectivamente, a classe gramatical a que pertence o termo "exclusivamente" e um de seus possíveis sinônimos.

- a) Adjetivo e "puramente".
- b) Pronome e "casualmente".
- c) Advérbio e "unicamente".
- d) Preposição e "provavelmente".

08. No trecho "só devido a esforços de um brasileiro, se descobriu o seu túmulo, no século XX", o termo "se" deve ser classificado como:

- a) pronome reflexivo.
- b) parte integrante do verbo.
- c) partícula apassivadora.
- d) índice de indeterminação do sujeito.

09. No trecho "De sorte que o Brasil pouco aproveitou ao navegador", a expressão "de sorte" carrega o sentido de:

- a) consequência.
- b) desventura.
- c) fortuna.
- d) imprevisto.

10. Em síntese, pode-se afirmar que o autor baseia o seu argumento de que "Cabral não descobriu o Brasil" em razões fundamentalmente:

- a) históricas e semânticas.
- b) fonéticas e psicológicas.
- c) filosóficas e morfológicas.
- d) sociológicas e ortográficas.

QUESTÕES DE 11 A 50 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A Lei nº 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, sofreu, recentemente, importantes modificações. Com base na legislação citada, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor do dano ou do enriquecimento ilícito.
- d) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, mesmo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.

12. Assinale a única alternativa que indica hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, conforme a Lei nº 8.429/92.

- a) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- b) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- c) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

13. Assinale a alternativa que NÃO indica ente pertencente à Administração Pública Indireta.

- a) Autarquia.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Secretaria Municipal de Educação.
- d) Fundações Públicas.

14. A respeito e com base na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A nova lei de licitações entrou em vigor na data de sua publicação, revogando, imediatamente, a Lei 8.666/93.
- b) A licitação é dispensável para contratação que envolva valores inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- c) Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação da lei, para o cumprimento de regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.
- d) Como regra, a nova lei de licitações aplica-se às empresas públicas, às sociedades de economia mista e subsidiárias.

15. Ainda com base na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), especialmente no que diz respeito às modalidades de licitação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não se admite a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação entre as previstas na lei.
- b) O leilão deverá ser cometido a leiloeiro oficial, vedada a designação de servidor pela autoridade competente da Administração.
- c) A modalidade de licitação diálogo competitivo tem aplicação restrita.
- d) O pregão é uma das modalidades expressamente previstas na novel legislação.

16. Qual princípio do Direito Administrativo, elencado a seguir, NÃO está expressamente previsto no Art. 37, caput, da Constituição Federal?

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Contraditório.

17. O administrativista Hely Lopes Meirelles conceitua ato administrativo como toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Particulares, ainda que delegatários de funções públicas, não podem praticar atos administrativos, que são manifestações de vontade da Administração Pública.

b) O excesso de poder é vício do ato administrativo relacionado com o requisito da competência e se dá na hipótese em que particular que não é agente público pratica ato privativo da Administração Pública.

c) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

d) Conforme a doutrina clássica, defendida por Hely Lopes Meirelles, os requisitos do ato administrativo são competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Dos cinco, dois são vinculados (competência e finalidade) e três discricionários (motivo, objeto e forma).

18. Os atos administrativos possuem características especiais, calcadas na supremacia do interesse público sobre o privado. São os atributos dos atos administrativos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O atributo da presunção de legitimidade estabelece que, até prova em contrário, o ato administrativo é considerado válido para o Direito.

b) O atributo da imperatividade significa que o ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes.

c) A exigibilidade consiste no atributo que permite à Administração aplicar punições aos particulares por violação da ordem jurídica, após a necessária decisão judicial.

d) A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, valendo-se de força física caso haja necessidade para desconstituir situação que viole a ordem jurídica.

19. No que diz respeito aos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

b) Os bens públicos dominicais, como regra, não podem ser alienados.

c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

d) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

20. O concurso público consiste em um procedimento administrativo que tem por objetivo selecionar os interessados mais aptos ao exercício de cargos ou

empregos públicos. A respeito do assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A exigência de concursos públicos para acesso a cargos e empregos públicos tem como um dos fundamentos o respeito ao princípio da impessoalidade, de modo que não se admite nomeação para cargo em comissão sem a prévia aprovação do nomeado em concurso público.
- b) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- c) Conforme expressa previsão constitucional, a Administração Pública, a fim de dar efetividade ao princípio da isonomia, poderá, com base na discricionariedade, reservar percentual dos cargos e empregos públicos para os portadores de deficiência.
- d) A Constituição da República estabelece que o prazo de validade dos concursos públicos será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

21. A Constituição da República prevê, a respeito da responsabilidade civil do Estado, que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Exige-se, para a responsabilização do Estado, que o ato ensejador do dano seja ilícito.
- b) Adotou-se, como regra, a teoria da responsabilidade objetiva, na modalidade do risco administrativo.
- c) O agente público responsável pelo dano responde regressivamente de forma subjetiva.
- d) Podem excluir a responsabilidade estatal: culpa exclusiva da vítima, força maior e culpa de terceiro.

22. A respeito dos princípios fundamentais, conforme o Título I da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Um dos fundamentos da república é a prevalência dos direitos humanos.
- b) Reduzir a pobreza e a marginalização e erradicar as desigualdades sociais e regionais constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- d) São Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

23. Robert Alexy ensina que os direitos fundamentais são indispensáveis para a democracia. São normas fundantes do Estado Democrático e sua violação caracteriza o próprio regime democrático. Sobre o

assunto, com base no Art. 5º da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- c) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- d) A lei penal não retroagirá para beneficiar o réu.

24. Ainda a respeito dos direitos e garantias fundamentais, com base no Art. 5º da Constituição da República de 1988, é CORRETO afirmar que:

- a) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- b) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial no caso de flagrante delito.
- d) é vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

25. Além de prever direitos e garantias individuais, a Constituição da República de 1988 elenca diversos direitos sociais. A respeito do tema, com base no Art. 6º da Carta Maior, é CORRETO afirmar que:

- a) o lazer é um direito social de envergadura constitucional, com previsão expressa.
- b) todo brasileiro terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- c) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- d) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

26. Em uma democracia, os direitos políticos são fundamentais, porque estabelecem importantes regras para os eleitores e candidatos. Assim, tendo em vista o que estabelece a Constituição da República de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- b) Como condição de elegibilidade, exige-se a idade mínima de dezoito anos para vereadores e deputados estaduais.

c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

d) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

27. No que diz respeito à federação brasileira, a Constituição estabelece normas de competência que indicam quais são os limites de atuação dos entes federados. Assinale a única alternativa que indica CORRETAMENTE uma hipótese de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

a) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

b) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

c) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

d) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

28. A respeito dos Estados Membros, com base nas disposições da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os Estados gozam de capacidade de auto-organização e autogoverno, possuindo uma própria Constituição e Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários próprios.

b) As áreas das ilhas oceânicas ou costeiras, ainda que sob o domínio estadual, são bens da União.

c) O número de Deputados nas Assembleias Legislativas independe do número de deputados federais do respectivo Estado na Câmara dos Deputados.

d) No que diz respeito à competência legislativa, o que não for de competência da União e dos Estados, será dos Municípios.

29. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito dos servidores públicos, tendo em vista as disposições constitucionais sobre a matéria.

a) O servidor público será estável após 3 (três) anos de efetivo exercício e só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

b) Servidor público eleito vereador deverá afastar-se do cargo.

c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) A aposentadoria compulsória dar-se-á aos 65 (sessenta e cinco) anos.

30. A Constituição da República estabelece que o Município será fiscalizado mediante o controle externo e interno. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

a) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas da União ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

c) As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

d) Deverão ser criados Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

31. Assinale a alternativa que NÃO indica uma cláusula pétrea prevista na Constituição da República.

a) A forma federativa de Estado.

b) O voto direto, secreto, universal e periódico.

c) A tripartição de Poderes.

d) Os direitos e garantias individuais.

32. Relativamente à Previdência Social, considerando o que dispõe o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

a) Admite-se a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

b) Para fins de aposentadoria, é vedada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si.

c) A contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca serão efetuados na forma da lei complementar.

d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

33. Para os fins da Lei nº 13.709/2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), considera-se encarregado:

a) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

- b) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- c) Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d) Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

34. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a respeito do tratamento de dados pessoais realizado pelo Poder Público, é CORRETO afirmar que:

- a) os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado.
- b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no Art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos da LGPD.
- c) é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente.
- d) o disposto na LGPD a respeito do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público dispensa as pessoas jurídicas a ela sujeitas de instituir as autoridades de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

35. A respeito das sanções administrativas previstas na LGPD, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas da LGPD, ficam sujeitos às sanções administrativas a serem aplicadas pelo membro do Ministério Público competente.
- b) Somente em 1 de agosto de 2021 entraram em vigor os artigos da LGPD relativos às sanções administrativas.
- c) No que diz respeito à multa simples, há um limite de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.
- d) Uma das possíveis sanções consiste na suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.

36. O Art. 7º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, discorre sobre os arquivos públicos, assinale a alternativa que melhor define este artigo.

- a) Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos recebidos, por órgãos públicos e privados em todas as esferas da administração.

- b) Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
- c) Os arquivos públicos são documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por diversos órgãos com a finalidade de executar alguma ação de interesse público.
- d) Consideram-se arquivos públicos os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

37. O Decreto nº 1171, de 22 de Junho de 1994 em sua seção III preconiza que é vedado ao servidor público, EXCETO:

- a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- b) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.
- c) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno para uso das suas tarefas em serviço.
- d) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.

38. O modelo de Administração Pública Gerencial se iniciou no Reino Unido em 1979, e posteriormente no Brasil na década de 1990 como uma solução à crise do modelo Burocrático, à expansão das demandas sociais e ao novo cenário político-econômico de ideologia neoliberal, essa forma de Gestão é conhecida como New Public Management (Nova Gestão Pública). Assinale a alternativa que representa uma característica da Administração Pública Gerencial.

- a) Estruturas descentralizadas com redução das atividades estatais.
- b) Hierarquia verticalizada e rígida (centralizada).
- c) Comunicação formal.
- d) Baseia-se na dominação tradicional.

39. De acordo com a Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, são requisitos básicos para ingresso no serviço público. EXCETO:

- a) nacionalidade brasileira.
- b) o gozo dos direitos políticos.
- c) a quitação com as obrigações tributárias e eleitorais.
- d) idade mínima de 14 (quatorze) anos.

40. O Art. 10º da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, discorre sobre as formas de provimento em cargo público. Assinale a alternativa que NÃO representa uma destas formas.

- a) Nomeação.
- b) Acesso.
- c) Integração.
- d) Reversão.

41. Assinale a alternativa que representa o Art. 20 da Seção IV da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, este artigo versa sobre a posse e do exercício dos servidores.

- a) Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.
- b) Posse é a assinatura do contrato de prestação de serviços entre órgão público e empossado no qual fazem o juramento de servir a pátria com ética, moral e respeito.
- c) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- d) Posse é ato ou efeito de se apossar de alguma coisa.

42. O Art. 27 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, descreve que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação, que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica. Assinale a alternativa que NÃO representa um dos parágrafos deste artigo.

- a) Encontrando-se provido este cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até ocorrência de vaga.
- b) A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições fins, respeitada a habilitação exigida.
- c) Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do funcionário.
- d) Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será aposentado.

43. O Art. 31 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, preconiza que ao entrar em exercício o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro)

meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observando os seguintes fatores. Assinale a alternativa que NÃO representa um dos fatores a serem analisados no estágio probatório.

- a) Assiduidade.
- b) Disciplina.
- c) Capacidade de comunicação.
- d) Capacitação profissional.

44. O inciso III do Art. 55 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, discorre que o servidor público será aposentado voluntariamente nas seguintes situações. EXCETO.

- a) Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais.
- b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais.
- c) Aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.
- d) Aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

45. Assinale a alternativa que prevê um dos incisos do Art. 130 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí e discorre sobre o que é proibido ao funcionário público.

- a) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- b) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem comunicar a seus pares e subordinados.
- c) Ausentar-se do serviço durante o expediente mesmo que liberado pelo seu superior imediato.
- d) Ausentar-se do serviço durante o expediente por motivo pessoal.

46. Sabendo que a avaliação de desempenho é uma ferramenta utilizada pela área de gestão de pessoas para mensurar a performance dos colaboradores ou áreas de uma empresa e que existem diversos tipos de avaliação que podem ser realizadas periodicamente de acordo com as necessidades da organização. Assinale a alternativa que NÃO representa um tipo de avaliação de desempenho.

- a) Avaliação por superior imediato.
- b) Avaliação de risco imediato.
- c) Avaliação por competências.
- d) Avaliação 360 graus.

47. De acordo com o Art. 56 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, poderão ser pagos ao servidor municipal as seguintes vantagens além do vencimento e da remuneração. EXCETO:

- a) ajuda de custo.
- b) diárias.
- c) abono família.
- d) abono creche.

48. Assinale a alternativa que melhor preenche a lacuna com o respectivo modelo de Administração Pública. "O modelo _____ é baseado na autoridade racional-legal, com atuação da administração fundamentada em leis e no controle rígido dos processos, defende a separação entre o público e o privado. Além disso, busca tornar a Administração mais eficiente, profissional e impessoal, aproximando-se da abordagem Clássica das Teorias de Administração".

- a) Patrimonialista.
- b) Gerencialista.
- c) Administrativo.
- d) Burocrático.

49. Sabendo que até a segunda edição do Manual de Redação da Presidência da República, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. Assinale a alternativa que NÃO representa uma das partes no documento padrão ofício.

- a) Cabeçalho.
- b) Identificação do expediente.
- c) Local e data do documento.
- d) Identificação dos fechos.

50. São fases do processo disciplinar de acordo com o Art. 163 da Lei nº 818 de 26/04/1993, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de São João do Ivaí, EXCETO. Assinale a alternativa que NÃO representa uma destas fases.

- a) Instauração, com publicação do ato que constituir a comissão.
- b) Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.
- c) Análise e apreciação do caso pelas autoridades competentes.
- d) Julgamento.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										